



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

147  
r

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0313826-5  
APELANTE: Estado de Pernambuco  
APELADA: Orlani Gomes da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. AUSÊNCIA DE DIAGNÓSTICO. DEVER DE DESIGNAÇÃO DE JUNTA MÉDICA APTA A IDENTIFICAR E TRATAR PATOLOGIA APRESENTADA. POSSIBILIDADE. 1. Pugna a autora/apelada pela (i) realização de uma “*exploração cirúrgica combinada (procto + gineco) com remoção de nódulo*”, nódulo esse apontado como causador de “*compressão radicular afetando os MMII (membros inferiores)*”; (ii) pela designação de uma junta médica capaz de diagnosticar e tratar a enfermidade que a acomete; e (iii) por indenização por supostos danos morais. 2. Rejeita-se a preliminar de falta de interesse de agir, tendo em vista a patente necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, diante da gravidade da situação que aflige a paciente Orlani Gomes da Silva, cujo crítico estado de saúde resta atestado pelos documentos constantes dos autos. 3. A todos é garantido o direito de acionar o Poder Judiciário com o intuito de tentar obter a resolução de um conflito de interesses (art. 5º, XXXV, da CRFB), principalmente quando em pauta o direito à saúde e à sadia qualidade de vida, corolários, em última instância, da própria dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CRFB). 4. No concernente ao mérito recursal, não há que falar em afronta ao princípio da isonomia, principalmente em sua vertente material, eis que este consiste, justamente, no principal fundamento autorizador de tratamento desigual por parte do Estado quando da implementação de seu dever constitucional relativo aos direitos sociais, mormente o direito à saúde. 5. Outrossim, a imposição do dever de reunir um corpo médico capaz de diagnosticar e tratar adequadamente a patologia apresentada pela autora/apelada não se consubstancia em prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta ao Estado pela própria Constituição da República. 6. O dever de fornecer um diagnóstico e um tratamento adequado está inserido no âmbito do macrodever (art. 6º, da Lei 8.080/90) de prover assistência terapêutica integral aos necessitados, cujas ações, consoante cediço, envolvem a promoção, prevenção, proteção específica, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde. 7. Nesse quadro, evidenciado descumprimento de dever constitucionalmente imposto, é de se manter a condenação do Estado à obrigação de designar uma junta médica capaz de diagnosticar a enfermidade apresentada pela autora/apelada, apenas merecendo reparo a sentença *a quo* no que se refere ao *quantum* objeto da condenação em honorários advocatícios, os quais devem ser reduzidos ao patamar de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), consoante aplicação equitativa do art. 20, §4º, do CPC. 8. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o recurso voluntário, à unanimidade de votos.

1



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

148

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0313826-5, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

142



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0313826-5**  
**COMARCA: Recife**  
**APELANTE (S): Estado de Pernambuco**  
**APELADA (S): Orlani Gomes da Silva**  
**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 104/104v), proferida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Dano Moral com pedido de tutela antecipada, tombada sob o NPU nº 0017645-70.2012.8.17.0001, que julgou procedente em parte o pedido da parte autora, ora apelada, nos seguintes termos:

*"Assim, julgo procedente o pedido, confirmando a antecipação de tutela, no sentido de determinar ao Réu que estabeleça uma junta médica para diagnosticar a enfermidade da autora, bem como disponibilize o tratamento adequado à sua enfermidade. Condeno o réu nos honorários advocatícios no percentual de 05% sobre o valor da causa."*

Em sua exordial, a autora/apelada, portadora de uma patologia ainda não identificada, pugna pela (i) realização de uma *"exploração cirúrgica combinada (procto + gineco) com remoção de nódulo"*, nódulo esse apontado como causador de *"compressão radicular afetando os MMII (membros inferiores)"*, e bem assim (ii) pela designação de uma junta médica capaz de diagnosticar e tratar a enfermidade que a acomete, e ainda (iii) por uma indenização por supostos danos morais.

Para tanto, asseverou a autora/apelada que, desde 2005, sente fortes dores na região do períneo/reto e que já foi analisada por diversos profissionais do corpo médico do Hospital Barão de Lucena, os quais, em que pesem os esforços envidados, não conseguiram indicar nem tratar satisfatoriamente a patologia que lhe aflige.

Conforme pode se depreender do relato constante nas fls. 06/11, assim como nas fls. 48/54, várias foram as consultas e os diagnósticos exarados, todos, entretanto, conflitantes entre si, fato este apontado como gerador de sérios abalos físicos e psicológicos ao longo dos anos.

Salientou, por fim, como fundamentos da responsabilidade estatal para com o dever de efetivar adequadamente o seu direito à saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, caput, 6º, caput, 37, §6º, 196 e 198, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

Irresignado, o Estado de Pernambuco interpôs Recurso de Apelação (fls.106/111), arguindo, em suma: (i) ausência de interesse de agir; (ii) no mérito, contrariedade ao



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

princípio da isonomia e indevida intromissão do Poder Judiciário no âmbito da discricionariedade administrativa, pelo que requereu a reforma do julgado e a consequente extinção do feito, com resolução de mérito, nos moldes do art. 269, I, do CPC; ou (iii) subsidiariamente, caso mantida a condenação imposta, redução do valor arbitrado a título de honorários advocatícios, por não se coadunar com o preceito contido no art. 20, §4º, do CPC.

Decorreu *in albis* o prazo para apresentação de contrarrazões ('Certidão' - fl.123), assim como o prazo para interposição de apelo voluntário pela parte autora/apelada.

O Ministério Público, com assento neste Tribunal, opinou (fls.135/139) pelo não acolhimento da preliminar de ausência de interesse de agir, além do desprovimento do reexame necessário, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

Ê o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 04 de abril de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

149

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0313826-5  
COMARCA: Recife  
APELANTE (S): Estado de Pernambuco  
APELADA (S): Orlani Gomes da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Como visto, em tendo sido deferida e mantida a tutela antecipada obrigando o réu/apelante a custear a cirurgia requerida, subsiste a controvérsia acerca do suposto dever de constituição de uma junta médica, pelo Estado de Pernambuco, destinada a identificar e tratar a enfermidade de que padece a autora/apelada, diante da indefinição que persiste em seu diagnóstico.

De proêmio, afasto a alegação recursal de falta de interesse de agir, tendo em vista a patente necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, diante da gravidade da situação que aflige a paciente Orlani Gomes da Silva, cujo crítico estado de saúde resta atestado pelos documentos constantes dos autos (fls. 37/57).

Com efeito, a todos é garantido o direito de acionar o Poder Judiciário com o intuito de tentar obter a resolução de um conflito de interesses (art. 5º, XXXV, da CRFB), principalmente quando em pauta o direito à saúde e à sadia qualidade de vida, corolários, em última instância, da própria dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CRFB).

No concernente ao mérito recursal, tenho que não há que falar em afronta ao princípio da isonomia, principalmente em sua vertente material, eis que este consiste, justamente, no principal fundamento autorizador de tratamento desigual por parte do Estado quando da implementação de seu dever constitucional relativo aos direitos sociais, mormente o direito à saúde.

Outrossim, a imposição do dever de reunir um corpo médico apto a diagnosticar e tratar adequadamente a patologia apresentada pela autora/apelada não se consubstancia em prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta ao Estado pela própria Constituição da República (art. 6º, caput, 196 e ss, da CRFB).

Mister elucidar que o dever de fornecer um diagnóstico e um tratamento adequado está inserido no âmbito do macrodever (art. 6º, da Lei 8.080/90) de prover assistência terapêutica integral aos necessitados, cujas ações, consoante cediço, envolvem a promoção, prevenção, proteção específica, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde.

Nesse panorama, colaciono os seguintes arestos do Supremo Tribunal Federal:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

150

**"EMENTA:**

*Ampliação e melhoria no atendimento à população no Hospital Municipal Souza Aguiar. Dever estatal de assistência à saúde resultante de norma constitucional. Obrigação jurídico-constitucional que se impõe aos Municípios (CF, art. 30, VII). Configuração, no caso, de típica hipótese de omissão inconstitucional imputável ao Município do Rio de Janeiro/RJ. Desrespeito à Constituição provocado por inércia estatal (RTJ 183/818-819). Comportamento que transgredir a autoridade da Lei Fundamental da República (RTJ 185/794-796). (AI 759.543-AgR, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 17-12-2013, Segunda Turma, DJE de 12-2-2014.)*

**EMENTA:**

*O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço." (AI 734.487-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 3-8-2010, Segunda Turma, DJE de 20-8-2010.) Vide: RE 436.996-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 22-11-2005, Segunda Turma, DJ de 3-2-2006; RE 271.286-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 12-9-2000, Segunda Turma, DJ de 24-11-2000."*

Inclusive, no mesmo sentido, vem se posicionando este egrégio Tribunal de Justiça:

**"EMENTA:**

**CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA. ART. 557 DO CPC. ADEQUAÇÃO DO RECURSO DE AGRAVO. REGIMENTAL FUNGIBILIZADO. CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO E DE INTERNAÇÃO DE PACIENTE POBRE EM UTI DE UNIDADE HOSPITALAR PARTICULAR. MOLÉSTIA GRAVE. INEXISTÊNCIA DE LEITO APROPRIADO EM UNIDADE HOSPITALAR PÚBLICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE QUE EXCEPCIONALMENTE DEVE SER PRIORIZADO. DESNECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSORTE PASSIVO ENTRE OS ENTES FEDERADOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.**  
**1. Preliminar de incompetência absoluta da Justiça Estadual rejeitada, ante a responsabilidade solidária dos entes federados na prestação de assistência à saúde da população. 2. Aplicabilidade da Norma Operacional Básica nº 01/96 do SUS, bem como da art. 7º, XI, da Lei nº 8.080/90, sem que se tenha malferido o contido nos arts. 109, I, e 198 da CF ou a Lei nº 8.080/90, muito menos o contido nos arts. 47 e 111 do CPC. 3. Mérito. Paciente pobre que necessita comprovadamente de custeio de medicamentos e de internação em UTI de unidade hospitalar privada, à sua falta nas unidades públicas. 4. Exame do caso concreto que demanda atuação diferenciada por parte do Judiciário, priorizando o direito à saúde e à vida do agravado, e, em última instância, a sua dignidade, como garantias constitucionais conflitantes com os princípios formais aduzidos pelo agravante, razões pelas quais também não se entendem por violados os arts. 2º, 5º e 196 da CF. 5. Precedentes citados. 6. Integrativo à unanimidade improvido. (AgReg 141254-6/01, Rel. Ricardo de Oliveira Paes Barreto)."**

Por fim, no tocante ao valor arbitrado a título de honorários advocatícios, qual seja o de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantida a condenação do Estado de Pernambuco, tenho que merece guarida o pleito de redução formulado pelo réu/apelado.

Com efeito, ao aplicar equitativamente o dispositivo legal regente da matéria, qual seja o art. 20. §4º, do CPC, não vislumbro no caso *sub judice* complexidade a ensejar a manutenção de tal valor.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

151

É o que se extrai do seguinte precedente:

**" EMENTA:**

**PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – BASE DE CÁLCULO – VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA.** 1. A teor do art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada mediante apreciação eqüitativa do magistrado. 2. A Primeira Seção desta Corte já se posicionou no sentido de que, vencida a Fazenda Pública, a fixação de honorários não está adstrita aos percentuais constantes do art. 20, § 3º, do CPC. 3. No juízo de eqüidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, alíneas "a", "b" e "c", podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo. 4. Embargos de divergência conhecidos, mas improvidos". (EREsp 637905/RS; Relatora: Ministra Eliana Calmon, Corte Especial. Data do Julgamento: 21/09/2005, Data da Publicação/Fonte: DJ 21.08.2006)"

Ante o exposto e sendo certo que a pretensão principal do Estado apelante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal e deste próprio Tribunal, **dou parcial provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, com a única finalidade de reduzir a verba honorária ao patamar de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), mantidos os demais termos da sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator